



Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Centro e Educação e Ciências Humanas – CECH

Departamento de Psicologia – DPSI

Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade – NUESTRA

ANA PAULA MELLO JACOBSON

TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

trabalhadores hiperqualificados à deriva.

SÃO CARLOS

2020



Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Centro e Educação e Ciências Humanas – CECH

Departamento de Psicologia – DPSI

Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade – NUESTRA

ANA PAULA MELLO JACOBSON

TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

trabalhadores hiperqualificados à deriva.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos.

Área de Concentração: Psicologia Social do Trabalho

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho

SÃO CARLOS

2020

RESUMO

Esse trabalho buscou compreender a articulação subjetiva que os jovens que cursavam o nível superior – graduação ou pós-graduação e, simultaneamente, trabalham no mercado informal fazem entre formação profissional, trabalho informal e emprego. Especificamente, pretendeu-se: investigar os significados atribuídos à formação profissional, investigar motivos e formas de inserção no trabalho informal, assim como a rotina e as estratégias definidas para conciliar os estudos com o trabalho, e entender as expectativas e o projeto de vida desses sujeitos. O método utilizado foi o qualitativo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os participantes, que foram gravadas e transcritas. O recrutamento de participantes se deu pela técnica *snowball sampling*. A análise das entrevistas foi feita com base na análise de conteúdo temática das entrevistas transcritas, apresentada por Minayo, Deslandes & Gomes (2007). Quatro categorias de análise foram destacadas a partir das transcrições das entrevistas, são elas: projeto de vida, curso e experiência acadêmica, trabalho, condições econômicas e assistência estudantil. Foi possível observar a natureza dialética dos projetos de vida, a influência do contexto sócio-político-econômico nos mesmos, a diversidade de motivos pelos quais os jovens ingressam nos cursos superiores e também a variabilidade de motivos pelos quais ingressam no mundo do trabalho informal, as diferentes formas de conciliação entre estudo e trabalho informal, os diferentes impactos trazidos pelo trabalho informal simultâneo aos estudos, e a importância de políticas públicas de assistência estudantil.

Palavras-chave: *juventude; trabalho informal; projeto de vida; curso superior.*

ABSTRACT

This work sought to understand the subjective articulation that young people who attended higher education - undergraduate or graduate and, simultaneously, work in the informal market do between professional training, informal work and employment. Specifically, it intended: to investigate the meanings attributed to professional training, to investigate reasons and forms of insertion in informal work, as well as the routine and strategies defined to reconcile studies with work, and to understand the expectations and life project of these subjects. The method used was qualitative, through semi-structured interviews conducted with the participants, which were recorded and transcribed. The recruitment of participants took place using the snowball sampling technique. The analysis of the interviews was based on the thematic content analysis of the transcribed interviews, presented by Minayo, Deslandes & Gomes (2007). Four categories of analysis were highlighted from the transcripts of the interviews, which are: life project, course and academic experience, work, economic conditions and student assistance. It was possible to observe the dialectical nature of life projects, the influence of the socio-political-economic context on them, the variability of reasons why young people enter higher education and also the variability of reasons why they enter the world of informal work, the different forms of conciliation between study and informal work, the different impacts brought by informal work simultaneously with studies, and the importance of public student assistance policies.

Keywords: *youth, informal work, life project, higher education.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 OBJETIVOS.....	17
2. MÉTODO.....	18
2.1 PROJETO DE VIDA.....	21
2.2 CURSO E EXPERIÊNCIA ACADÊMICA.....	23
2.3 TRABALHO.....	28
2.4 CONDIÇÕES ECONÔMICAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	33
3. CONCLUSÃO.....	37
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
5. APÊNDICES.....	45
5.1 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	45
6. ANEXOS.....	47
6.1 PARECER.....	47

INTRODUÇÃO

Esse trabalho buscou compreender a articulação subjetiva que os jovens que cursavam o nível superior – graduação ou pós-graduação e, simultaneamente, trabalhavam no mercado informal fazem entre formação profissional, trabalho informal e emprego. Coube aqui o questionamento acerca das expectativas e do projeto de vida desses sujeitos e interessou investigar como eles atribuíam significado à situação de estarem inseridos no mercado de trabalho informal, quais eram as suas expectativas em relação ao futuro profissional e como significavam a sua formação profissional.

A escolha do tema deu-se pela observação cotidiana de jovens universitários e pós-graduandos em busca de emprego ou trabalhando informalmente – como cuidadores de crianças ou de animais, vendendo alimentos, vendendo arte, fazendo “bicos” em festas e restaurantes, prestando serviços em aplicativos, dentre outras diversas formas – e das constantes queixas por parte dos mesmos sobre a dificuldade de encontrar emprego ou estágio remunerado, seja dentro ou fora de sua área de estudo, com carteira assinada e/ou com salário suficiente para garantir a subsistência.

De fato, na literatura, autores como Dib & Castro (2010), Lachtim & Soares (2011) e Sudré (2019) confirmam essas queixas e apontam para a grande dificuldade da juventude de encontrar trabalho remunerado. Esta dificuldade é atribuída à elevação crescente da taxa de desemprego, que atinge em especial os jovens; situação tal que o diploma universitário não parece mais ser garantia de mudança.

O sentido aqui atribuído a *trabalho informal* é de trabalho sem vínculo empregatício, a margem das legislações trabalhistas, sem carteira assinada e, portanto, sem garantia de direitos, como férias, décimo terceiro, seguro desemprego, entre outros (GONDIM *et al.*, 2006).

Entendemos que esses jovens faziam parte da chamada classe-que-vive-do-trabalho, conceito desenvolvido por Antunes (1999), que engloba homens e mulheres produtivos ou não, desprovidos de meios de produção que vendem

sua força de trabalho em troca de salário, seja no campo ou na cidade e no trabalho formal ou no informal, e também os desempregados. O autor exclui quem vive de juros e especulação, e pequenos burgueses da cidade ou do campo que tenham posse de meios de produção. Focalizaremos a nossa atenção nos jovens inseridos no mercado de trabalho informal pelo entendimento de que, historicamente, como será demonstrado abaixo, este segmento é o que absorve a maior parte da população jovem em busca de emprego.

Como pontuado por Lachtim & Soares (2011): “O jovem sofre com a informalidade, as baixas remunerações e o desemprego, mecanismos que alimentam um ciclo imprevisível de desproteção social.” (p. 278), afirmação que podemos ver confirmada em diversas pesquisas. De acordo com a PNAD – contínua (Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio – Contínua) do IBGE em 2018 o número de desempregados na faixa etária entre 18 a 24 anos chegava a 28,1% e 38% desses jovens trabalhavam informalmente no mesmo ano. Dados similares são encontrados em pesquisas realizadas há quase duas décadas. Em seu artigo publicado em 2004, Márcio Pochmann cita a PNAD realizada em 2001, segundo a qual jovens entre 15 a 24 anos constituíam 25% da população economicamente ativa e 50% do desemprego nacional e, dentre os empregados, 51% dos jovens de maior renda e 74,3% dos jovens de baixa renda estavam trabalhando sem contrato formal.

Esses dados refletem o fato de o desemprego da juventude ser uma condição histórica, que se perpetua na sociedade sendo mascarada nos contextos de trabalho precarizado, com nuances em função de gênero, raça e condição econômica, tal qual foi apontado por Cadoná & Goés (2013). Vale ressaltar que, não se entende a juventude como um bloco uniforme, e sim como um segmento da sociedade que, embora compartilhe características em comum, está permeado por inúmeras variações relacionadas à sua condição e posição na estrutura social.

Nakano & Almeida, em artigo datado de 2007, elencaram como um elemento possível para contribuir com a superação dessa situação “a possibilidade de os jovens acederem a níveis mais elevados de escolaridade” (p. 1094), o que nos remete à teoria do capital humano, segundo a qual a educação, em tese, tornaria as pessoas mais produtivas e aumentaria seus salários (VIANA

& LIMA, 2010), conseqüentemente diminuindo o número de desempregados. Contudo, a *reestruturação do mercado de trabalho* coloca em cheque a noção de que a escolaridade solucionaria a questão da inserção no mercado de trabalho. Como pontuado por Dib & Castro (2010):

(...) a crise em que se engendra o desemprego vem afetando, sobretudo, aqueles que investiram em educação, independentemente do estrato social a que pertençam. (...) Esses fenômenos, somados a outros como o desemprego e a flexibilização/precarização das relações de trabalho, passam a compor um complexo arranjo de incertezas a afetar os sujeitos produtivos ou em vias de se tornarem produtivos, sinalizando que uma série de garantias – ou que eram percebidas como tais – não mais se verificam. Mesmo que essas garantias, como crenças, tenham existido apenas no imaginário de boa parte dos sujeitos, como creem alguns autores, o fato é que, depois de tantas décadas, reagimos a elas como se fossem naturais, eternas e inerentes à humanidade.

E Pochmann (2004) :

O que acontece com o segmento jovem da sociedade brasileira é apenas a face mais visível do drama social de um país estagnado economicamente (...), a dinâmica excludente do mercado de trabalho brasileiro vem deteriorando as vantagens potencialmente oferecidas pela educação, além de aumentar as desigualdades de renda para os mesmos níveis educacionais.

Diante desse cenário, a antiga dicotomia entre o jovem qualificado, mas sem experiência, e o jovem com experiência, mas sem qualificação, historicamente fundamental para abordar a relação trabalho e juventude, também deve ser analisada levando em conta as particularidades da conjuntura político-econômica do momento que vivemos.

Em adição a isso, apesar de que, atualmente, se demande que os profissionais empregados sejam altamente especializados, nota-se na sociedade como um todo que uma grande quantidade de profissionais especializados está à *deriva* (SENNETT, 1992), ou seja, trabalhando na informalidade e, portanto, sem poder contar com os esquemas de proteção social vigentes até então.

Além do aumento dos níveis de desemprego e informalidade na população como um todo, o fenômeno da hiperqualificação dos desempregados e dos trabalhadores informais tem como elemento o aumento do número de jovens que ingressam nas universidades, o que no Brasil ocorreu devido à

criação de políticas públicas de ampliação do acesso ao ensino superior no início dos anos 2000 – como FIES, Prouni, implementação de cotas nas universidades, Pnaes – sem o correspondente investimento em políticas de geração de empregos para os egressos das universidades. Acrescenta-se a isto que os processos de reestruturação dos mercados e da produção têm sido pautados pela introdução de novas tecnologias poupadoras de força de trabalho, que provocam o desemprego estrutural, ou seja, a substituição do homem pelas máquinas.

Esse conjunto de fatores faz com que a quantidade de jovens formados seja maior do que a capacidade do mercado de absorver a força de trabalho disponível, de forma que, embora os jovens que conseguem investir em educação tenham mais chances, isso não significa certeza de inserção e permanência no mercado de trabalho, ainda mais entre os jovens provenientes da classe-que-vive-do-trabalho. Nas palavras de Dib & Castro (2010) “(...) cabe questionar se os privilégios, traduzidos em facilidades no acesso a recursos e informações, estariam sendo confundidos com efetivas oportunidades de inclusão e desenvolvimento profissional”.

A literatura da área aponta também não haver qualquer garantia de estabilidade para a juventude no contexto atual do mundo do trabalho, e sim uma tendência de “aceitar qualquer coisa” por falta de opções, o que colabora para colocar esses sujeitos em trabalhos mal-remunerados, com pouca ou nenhuma garantia de direitos, e condições de trabalho inadequadas e precárias. Para além disso há também um discurso de valorização subjetiva do trabalho assalariado enquanto símbolo de ética e dignidade (WICKERT, 2006). Em sua pesquisa de 2006, Wickert pontua que “(...) os jovens entrevistados buscam a inserção social [no trabalho] por motivos de ordem moral e financeira (...). O contexto de desemprego é tão presente que, para responder à objetivação social/familiar, o jovem está a ponto de aceitar “qualquer coisa”.” (p. 265).

Essas questões estão também aliadas à recorrente culpabilização generalizada dos próprios sujeitos por não conseguirem se inserir no mundo do trabalho, advinda de uma ideologia individualista e neoliberal. Lachtim & Soares (2011) pontuam que no discurso dos jovens inspira-se na ideologia da

“sociedade do conhecimento” que prega a necessidade de conhecimento útil, qualificação formal e técnica, para a inserção no mercado.

Nesse sentido a apologia à autonomia, à meritocracia e ao empreendedorismo, por sua vez, camuflam as contradições do sistema neoliberal, das diferenças de classes sociais e das divisões sociais, raciais e de gênero do trabalho, e vai de encontro aos interesses do capital. Tal ideologia responsabiliza o sujeito pela infelizmente busca por emprego, ao invés de apontar para a questão de que esse desemprego massivo é estrutural, gerado pela atual configuração político-econômica, e no qual é dever do Estado intervir.

Como veremos a seguir, essa discussão está diretamente relacionada a reestruturação do mercado de trabalho, que alinhada ao aumento da inserção tecnológica nos setores produtivos e ao momento político-econômico neoliberal, faz com que a economia formal absorva cada vez menos profissionais, incluindo aqueles com diploma superior, e flexibilize cada vez mais os direitos trabalhistas e vínculos empregatícios.

A reestruturação do mercado de trabalho ocorreu em escala mundial a partir da segunda metade da década de 1970 diante de um contexto de crise do fordismo, modelo de produção hegemônico daquele momento, que estava em crise desde a década de 1960. No fordismo, então, incorporam-se técnicas de outro modelo de gerenciamento e organização social do trabalho: o Toyotismo ou modelo japonês (HARVEY, 1992). O Toyotismo traz diversas inovações aos modelos seguidos até aquele momento, e que permanecem incorporadas no método de gestão contemporâneo, como por exemplo o *just-in-time*, a produção de acordo com a demanda, a lógica de enxugamento, o trabalhador polivalente, o envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo, a subcontratação, a terceirização, entre outras (CORIAT, 1982).

Além dessas inovações está também atrelado ao Toyotismo o fenômeno da acumulação flexível, que faz com que também ocorram nesse período mudanças na cultura do consumo, relacionadas à criação de necessidade de consumo e à diminuição do tempo útil dos produtos –obsolescência programada. Como visto em Harvey (1992), diferente do Fordismo que era entendido como um modo que produzia de forma massificada poucos modelos de produtos

voltados para a população como um todo, o Toyotismo, por conta de atuar de acordo com a demanda e por ser um modo de produção que não permite estoques, produz uma variedade grande de produtos e modelos – produção diversificada – voltados para nichos da população; nesse aspecto fazendo muito uso de redes de empresas subcontratadas, as chamadas terceirizações.

Nesse contexto, as mudanças atingem também o trabalhador. Diferente do Fordismo onde o modelo padrão era o emprego estável em tempo integral, condição permanente e com perspectivas de longo prazo, com direitos trabalhistas, e do estado de bem-estar social, agora se faz presente um aumento dos empregos no setor de serviços, das subcontratações – até mesmo para funções de alto nível – e das terceirizações, e uma diminuição dos trabalhadores regulares das empresas e fábricas. Em outras palavras, “A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 1992). Com os contratos flexíveis (precários) as incertezas do mercado são transferidas para os trabalhadores, e os que ficam devem ser adaptáveis, flexíveis e geograficamente móveis.

Harvey (1992) também aponta que essas mudanças econômicas e sociais representam perdas em termos de direitos, níveis salariais e segurança no emprego, e torna-se necessário para os trabalhadores em situação de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (terceirizado) terem mais de um trabalho para conseguir renda equivalente a situação anterior. Para além disso, há o retorno de antigos sistemas de trabalho, como o doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista, e um rápido crescimento de economias informais, agora tendo esses setores como peças centrais no sistema produtivo.

Essa combinação de fatores também acarreta no solapamento da organização da classe trabalhadora em relação às bases que tinham os sindicatos nos anos do Fordismo, que agora passam a não se organizar por categorias e mas por fábricas (sindicatos-casa), o que gera no trabalhador uma ideia de que devem colaborar com a empresa, tornando a classe fragilizada e menos combativa (KREIN, 2018). Em termos sociais, não só a organização dos trabalhadores sofre baques nesse momento, mas também as políticas

protecionistas que passam a ser abandonadas com a ascensão e fortalecimento do neoliberalismo, sob a justificativa de que a intervenção estatal e regulação levam à perda da competitividade das empresas, significando um “freio” ao mercado capitalista.

Para além dessa nova organização sindical imposta, as novas formas de gerência também passam a se movimentar no sentido de buscar envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo. Castells (1999) nos auxiliará na compreensão dessas novas formas, que funcionam por outra lógica de organização do trabalho, cada vez mais integrada em redes com empresas maiores e mercados mundialmente diversificados que ganham capilaridade e enraizamento, apor meio de práticas como trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia, recompensa pelo desempenho, hierarquia administrativa horizontal, entre outras; propagando uma lógica de menos rigidez, própria do regime fordista, e de maior flexibilidade. Até hoje essas características podem ser vistas nos discursos das empresas, que buscam trabalhadores que “vistam a camisa”.

Tais fatores fazem com que a mobilidade social deixe de ser vista como um projeto coletivo, mas sim individual, o que contribui para com um individualismo muito mais competitivo entre os trabalhadores como valor central interno do mercado, em uma cultura empreendedora e de empresário de si mesmo que penetrou em muitos aspectos da vida concreta e subjetiva. Inclusive, origina-se aí a ideia do microempreendedor.

Essas características da reestruturação são incorporadas no Brasil na passagem da década de 1980 para a década de 1990, e, junto com isso, rompe-se a ideia de desenvolvimento pensada na década de 1970 para os países de capitalismo “periférico”, que partia do pressuposto de que a informalidade era um fenômeno residual e que seria eliminado quando esses países passassem pelo processo de industrialização e modernização de suas forças produtivas.

Importante ressaltar que no Brasil nunca houve o pleno emprego, apesar do implemento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) representar um marco regulatório bastante amplo, o trabalho aqui sempre foi marcado por alta taxa de informalidade, flexibilidade, desrespeito às legislações trabalhistas, alta

taxa de rotatividade, baixos salários, forte desigualdade entre os rendimentos do trabalho e condições de trabalho precárias. Contudo, o pleno emprego era tido como um objetivo que se buscava alcançar e, nesse sentido, o fordismo serviu como um horizonte norteador, inclusive para políticas públicas (MACHADO DA SILVA, 2002). Com as mudanças advindas da reestruturação produtiva não foi mais possível trabalhar com tal objetivo, e a informalidade passou a ser encarada como parte fundamental da dinâmica capitalista, que complementa a economia formal.

Machado da Silva (2002) também pontua que tanto para o Brasil, quanto para os demais países da América Latina, essa incorporação da reestruturação foi calamitosa em termos sociais, trazendo consigo aumento das taxas de desemprego, diminuição do valor do salário real, diminuição do trabalho registrado, aumento das desigualdades sociais, da concentração de renda e dos níveis de pobreza da população, implementação de políticas neoliberais como o enxugamento do aparelho estatal e a privatização das empresas públicas, aumento das subcontratações com as redes empresariais, demissão em massa, desemprego estrutural e eliminação de direitos sociais legitimada pelo discurso de que encarecem a força de trabalho e prejudicam a competitividade empresarial.

Todos esses fatores colaboraram para um aumento massivo da informalidade no país e no mundo, ou como passa a ser chamada, nova informalidade. A Organização Nacional do Trabalho (OIT), em 2002 decretou essa mudança, redefinindo o que, até então, se conhecia por informalidade e incorporando-a à dinâmica do capitalismo globalizado e as transformações da produção e dos mercados de trabalho, agora não só restrito aos países “periféricos”, mas também aos “centrais” (LIMA, 2013). Posteriormente, a OIT substituiu também o termo setor informal por economia informal. É importante pontuar essas atualizações pois, ao longo do tempo e das mudanças, o termo “informal” tornou-se, progressivamente, cada vez mais vazio de sentido, sendo em alguns contextos lido como sinônimo de flexibilização das relações de trabalho (MACHADO DA SILVA, 2002), com uma conotação positiva, que dá abertura para a ideologia neoliberal do empreendedorismo e que adquire sentido

de mecanismo de convencimento ideológico ao passo que tenta reconstruir uma cultura do trabalho (DARDOT & LAVAL, 2016).

As mudanças advindas da reestruturação produtiva, mesmo atualmente, reverberam no país e vão ao encontro dessa ideologia e prática neoliberal. Em 2017, têm-se a concretização do desmonte de direitos do trabalhador com a aprovação recente da Lei da Terceirização (lei 13.429/2017), que regulamenta e amplia a terceirização, e da Reforma Trabalhista (lei 13.467/2017), que altera 201 pontos da CLT.

Retomando discussão feita por Krein (2018), essa reforma foi aprovada em um sentido de adequação ao capitalismo neoliberal e legalização de práticas já existentes e tem sido defendida a partir de princípios irrealistas, como o de que haveriam relações igualitárias de poder entre patrões e empregados – decretando que diversos pontos antes definidos e assegurados pela CLT poderiam agora ser negociados entre os mesmos – e da crítica liberal de que os direitos do trabalhador seriam obstáculos para a geração de empregos, de forma que a tradicional associação entre emprego e direitos vem sendo substituída por “emprego ou direitos”. Em suma, o que a reforma representa é: para o trabalhador maior insegurança, maior dificuldade em encontrar emprego “formal” e perda de direitos conquistados historicamente; para os empregadores maior liberdade para determinar as condições de contratação, o uso da força de trabalho e a remuneração do trabalho.

Levando em conta os pontos levantados acerca da reestruturação produtiva, o perfil do trabalhador ideal também foi modificado. Nesse novo momento no mundo do trabalho há uma supervalorização da flexibilidade, autonomia, criatividade e inovação, além da disponibilidade de se locomover geograficamente. O discurso meritocrático que é reforçado no neoliberalismo prega que o trabalhador deve se esforçar para ser “contratável”, pois é ele o único responsável por sua inserção no mercado de trabalho e deve estar em constante aperfeiçoamento. Dardot & Laval (2016) apontam que esse discurso, para além de procurar engajar subjetivamente aqueles inseridos ou em busca de se inserirem no mercado, também banaliza a questão social do emprego e desemprego, e monta um cenário de competição e rivalidade generalizada entre trabalhadores. Esses fatores resultam, por um lado, em sofrimento no presente

e, por outro, na ausência de expectativas futuras. A subjetividade é afetada ao passo que o trabalho, ou o não-trabalho, afasta o sujeito de expectativas e realizações pessoais.

Como comentado anteriormente, podemos dizer então que essa juventude hiperqualificada está à *deriva*. Richard Sennett define em seu livro, *A corrosão do caráter* (2003), o conceito de deriva como sinônimo pejorativo de mudança, instabilidade, “perdido no mercado”, referindo-se à incerteza e às mudanças que atingem o trabalhador advindas com a reestruturação do capitalismo que ocorreu na década de 1980, comentada acima. O autor argumenta que o trabalhador não consegue construir uma narrativa de longo prazo para sua trajetória profissional uma vez que “Não há mais longo prazo” (p. 21). A narrativa está em constante mudança, seja de emprego, cargos, projetos, o que gera grande incerteza e invade o tempo livre que antes seria dedicado ao lazer e à família e agora é dedicado ao trabalho, a aprimorar-se profissionalmente e manter redes de contato.

A subjetividade do trabalhador também é atingida com essas mudanças. Nas palavras do autor:

O que é singular na incerteza [do modo de vida dos trabalhadores] hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeadas nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal (...). O comportamento flexível que lhe trouxe o sucesso está enfraquecendo seu caráter de um modo para o qual não há remédio prático. Se ele é o Homem Comum de nossa época, sua universalidade pode estar em seu dilema (Sennett, 2003, p. 33)

Diante do exposto coloca-se como ponto de interesse estudar a articulação subjetiva que os jovens em vias de se formarem e que trabalhavam no mercado informal faziam entre formação profissional, trabalho informal e emprego, cabendo aqui o questionamento acerca das expectativas e do projeto de vida desses sujeitos.

Ao falar de projeto de vida a pesquisa refere-se ao termo usado por Dib & Castro (2010) para abordar o conjunto de expectativas racionalizadas e planos para o futuro, na esfera pessoal e/ou profissional, levando em conta toda a sorte de experiências do passado. Contudo, as autoras apontam que esses jovens,

difícilmente, conseguem delimitar um projeto de vida e, por estarem perdidos em relação ao trabalho, o que faz sentido devido à complexidade do tema no momento atual, veem no trabalho informal uma possibilidade de subsistência/sustento enquanto “procura algo na sua área”.

OBJETIVOS

O objetivo geral foi compreender a articulação subjetiva que os jovens que cursavam o nível superior, graduação ou pós-graduação, que já trabalhavam no mercado informal faziam entre formação profissional, trabalho informal e emprego. Especificamente, pretendeu-se: investigar os significados atribuídos à formação profissional, investigar motivos e formas de inserção no trabalho informal, assim como a rotina e as estratégias definidas para conciliar os estudos com o trabalho, e entender as expectativas e o projeto de vida desses sujeitos.

MÉTODO

Utilizamos o método qualitativo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os participantes, que foram gravadas e transcritas. O recrutamento de participantes deu-se pela técnica *snowball sampling*, amostragem por bola de neve, no qual entrei em contato com uma das participantes, que indicou conhecidos que se enquadrariam nos critérios de seleção dos participantes e, dessa forma, a amostra foi aumentando sucessivamente até atingir o ponto de saturação. O contato com os sujeitos para marcar as entrevistas foi feito por *e-mail* ou pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Devido às limitações do isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19 as entrevistas ocorreram na modalidade *on-line*, pela plataforma *Google Meets*, durante o mês de agosto de 2020, tendo a duração média de 45 minutos à 1 hora.

A entrevista semiestruturada (Anexo 1) foi construída em torno de três temas principais, que foram pensados à luz dos objetivos já citados: o que impulsionou a escolha dos cursos, qual a relação do jovem com o mercado de trabalho e quais eram as suas expectativas em relação à profissão escolhida. Foi pontuado para os participantes, antes do início da entrevista, a possibilidade de uma segunda entrevista, caso fosse necessário, e também foi feita uma breve leitura do TCLE (Anexo 2), na tentativa de adaptar o protocolo ético da pesquisa, tornando-o o mais parecido possível com o que seria feito presencialmente.

Os critérios de seleção dos participantes também sofreram algumas alterações devido à pandemia. Inicialmente, seriam selecionados para participar da pesquisa jovens que residissem na cidade de São Carlos (SP), tivessem entre 18 e 28 anos e estivessem matriculados em curso superior – público ou particular, de graduação, tecnólogo ou pós-graduação – com previsão de se formarem em até dois anos e que estivessem inseridos de alguma forma no mercado de trabalho informal.

Durante a pesquisa, por conta da pandemia, o critério de localidade alterou-se pelas seguintes razões i – dificuldade de encontrar entrevistados que residissem todos em uma mesma cidade, pois ii – muitos estudantes retornaram

para a casa de seus familiares, e iii – a mudança das entrevistas de presencial para a modalidade *online* possibilitou que isso fosse feito. Pensando na problemática da diferença do custo de vida do interior do estado de São Paulo em relação à capital, ou a outro estado, foi mantido o critério de que todos os participantes residirem no interior de São Paulo – de forma que foram entrevistados quatro participantes que faziam seus cursos em São Carlos, um em Campinas e um em Piracicaba, mais informações sobre os participantes constam na tabela abaixo:

Participante	Idade	Curso	Com o que estava trabalhando no momento da pesquisa
1	22	Ciências Sociais – UFSCar São Carlos	Aulas particulares de sociologia
2	27	Engenharia Ambiental – USP São Carlos	Desempregado, pleiteando uma bolsa de extensão na universidade
3	25	Pós-Graduação: Especialização à distância, na área de psicologia. Graduação: Psicologia na UFSCar – São Carlos	Atendimentos psicoterapêutico online e análise de qualidade para empresas que prestam serviços na internet
4	24	Mestrado: Ciência Política – UNICAMP Campinas. Graduação: Ciências Sociais na UFSCar – São Carlos	Conta com bolsa de mestrado, está com um projeto autônomo de lançar um livro de contos e poesias, e está fazendo bicos em sindicato com campanhas em processos eleitorais
5	23	Ciências Sociais – UFSCar São Carlos	Escreve para um blog, até o momento sem remuneração, e está tentando monetizar sua página on-line de poesias
6	25	Ciência dos Alimentos – USP Piracicaba	Estágio com bolsa na universidade e bicos em uma estamperia

Quadro 1: Informações sobre os participantes.

Outra alteração foi em relação ao prazo para conclusão dos cursos. Devido as diversas mudanças e processos resultantes da pandemia, esse prazo

tornou-se muito incerto para a maioria dos estudantes, não sendo tão útil manter como critério o prazo fixo de dois anos para a conclusão do curso. No entanto, manteve também uma uniformidade escolhendo pessoas que já estivessem pelo menos no sétimo semestre da graduação para atender melhor os objetivos da pesquisa.

A análise das entrevistas foi feita com base na análise de conteúdo temática das entrevistas transcritas, apresentada por Minayo, Deslandes & Gomes (2007), que ocorre em três etapas. Na primeira, por meio da leitura do material selecionado, tendo uma visão do todo, foram elaborados pressupostos iniciais e listadas as categorias de classificação iniciais com base nos conteúdos trazidos pelos sujeitos, e foram determinados os conceitos teóricos que se relacionavam com os objetivos propostos e serviram de base para a análise. Na segunda etapa, os conteúdos foram selecionados e agrupados em núcleos de sentido, que foram relacionados e analisados com os conceitos e as bases teóricas definidos na etapa anterior. Por fim, na terceira etapa foi elaborada uma síntese interpretativa.

Quatro categorias iniciais foram destacadas a partir das transcrições das entrevistas, são elas: projeto de vida, curso e experiência acadêmica, trabalho, condições econômicas e assistência estudantil. O processo de pensar as categorias, separadamente, mostrou-se mais difícil que o esperado, de fato, isso torna-se complexo, uma vez que todos os temas citados intercalam-se e influenciam-se mutuamente, de forma dialética, perpassando as subjetividades dos sujeitos.

PROJETO DE VIDA

A questão do projeto de vida (DIB & CASTRO, 2010) surgiu diversas vezes nas entrevistas, mais do que o esperado antes do início das mesmas. Seja mencionado, direta ou indiretamente, foi possível perceber que este atravessa e é atravessado por todos os temas tratados nas entrevistas.

Ao longo das entrevistas foi possível perceber que o projeto de vida não funciona como algo estático que se almeja, mesmo que haja um planejamento prévio em direção a algum objetivo futuro, ele ainda está sujeito à muitas mudanças devido ao seu caráter dialético e orgânico, que vai se moldando, e sendo pensado e repensado, de acordo com as experiências dos sujeitos em diversas áreas da vida ao longo dos anos.

Um exemplo disso foi que, ao perguntar para umas das participantes (Participante 1), que cursava ciências sociais, a motivação para sua escolha de curso ela respondeu ter escolhido por gostar da área de humanidades, ao mesmo tempo que estava tentando “escapar” dos cursinhos e iniciar uma nova fase da vida, no caso, a graduação. Seguindo com a entrevista, sua resposta para a questão “O que projeta para o futuro e como acha que o curso vai auxiliar no projeto?”, foi de estar tentando ingressar em outro curso de graduação, no caso medicina, *“por uma questão profissional”*, mas que, enquanto cursasse a segunda graduação, precisaria de uma fonte de renda, que gostaria que fosse advinda dessa primeira graduação em ciências sociais. Parece que, no momento em que o projeto de vida estava indefinido (cursinho, colegial) a decisão tomada não foi vislumbrando uma carreira específica, contudo, o desenvolvimento de planos que se seguiu só foi possível pela escolha inicial por um curso, que cumpriu a função de ser um ponto de partida, visto que a partir dele o projeto de vida dessa participante passou a ter um caráter mais bem delineado.

Foi possível perceber também forte influência do contexto socio-político-econômico nos planos de vida dos sujeitos, estejam eles conscientes disso ou não. *“Acho que para nossa geração isso [ter que optar entre trabalho ou estudo quando não há possibilidade de conciliação] é ainda mais difícil, porque a gente cresceu e traçou planos de vida quando tinha um governo que apesar das suas dificuldades possibilitava isso, e entramos de fato na universidade quando já não*

era mais assim, e isso é uma quebra de expectativa total, parece que tá dividido em dois mundos... e é essa sensação, acho que a pandemia só escancarou mais. Até porque ela agrava a situação econômica e a gente passa a pensar que se tivesse mais dinheiro hoje estaria mais confortável.” – Participante 5

Apesar de terem dúvidas quanto à sua veracidade, a crença de que um diploma do terceiro grau teria um forte papel para a ascensão social apareceu diversas vezes nas entrevistas, especialmente ao perguntar sobre a motivação dos participantes para se manterem nos cursos mesmo a grande maioria deles tendo relatado vontade de desistir em alguns momentos. Isso fica bem ilustrado no trecho a seguir transcrito de uma das entrevistas: “(...) *além do que, sendo classe trabalhadora, seus pais querem que você faça uma universidade e arranje emprego e ponto, eles não querem que você vá escrever por aí para montar portfólio e ter mais chance de emprego, isso não vai te dar mais chance de emprego (ri), e aí é difícil, porque o imaginário está atrelado à universidade. Se você é pobre, teve oportunidade, cresceu no governo Lula, então você vai fazer faculdade ou curso técnico. E faz sentido, a escolarização dá melhores oportunidade de emprego... era para dar pelo menos, agora não necessariamente, mas era para dar... também depende da sua cor, depende de um monte de coisa.” – Participante 5*

Importante levar em conta que o contexto no qual as entrevistas foram realizadas foi durante a pandemia mundial de COVID-19, que interferiu de forma intensa na vida da população como um todo, tanto no âmbito coletivo – concreto, social, econômico, sanitário e político – quanto no individual – psicológico e subjetivo. Não seria possível ignorar os possíveis impactos da mesma para os participantes, seja no dia-a-dia ou nos projetos de vida, então, foi adicionada uma questão na entrevista para que falassem um pouco sobre isso.

Os participantes pontuaram diversos efeitos da pandemia em suas vidas, desde prejuízo econômico, perda do trabalho antigo e dificuldade para encontrar um novo, atraso na formatura dos cursos de graduação, preocupação intensa com familiares e entes queridos, entre outros. Vale aqui ressaltar que todos eles sentiram-se muito prejudicados e afetados no âmbito psicológico, sendo que questões de ansiedade e depressão foram as queixas mais recorrentes. Além

disso, diversos participantes relataram terem dificuldades para pensar em planos futuros devido à pandemia.

Foi interessante observar que todos os entrevistados comentaram em algum momento que as perguntas e temas abordados nas entrevistas os “pegaram de surpresa”, dizendo que nunca tinham pensado sobre os tópicos levantados, embora os mesmos atravessem o cotidiano. As decisões que vão sendo tomadas ao longo da vida, durante o dia a dia, como por exemplo escolha de curso, e acontecimentos corriqueiros como a rotina de trabalho e estudos, moldam os planos de vida de forma usualmente tênue e orgânica – com excessão de casos em que hajam grandes baques, os quais não apareceram na pesquisa.

CURSO E EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

Para abrir o debate sobre essa categoria gostaria de apresentar alguns dados colhidos nas entrevistas: todos os participantes tiveram um percurso contínuo na área dos estudos e todos os participantes faziam ou fizeram graduação em uma universidade pública. O único curso em instituição de ensino privada que apareceu na pesquisa foi a pós-graduação da Participante 3. Dentre os participantes, cinco de seis saíram da casa de seus pais ou familiares para estudarem. Quatro dos participantes faziam curso em São Carlos, um em Campinas e uma em Piracicaba; nenhum deles precisou mudar de estado para fazer o curso atual. Quatro participantes fazem cursos integrais, uma fazia curso noturno e uma fazia curso EaD sem turno definido. Apenas dois de seis participantes tiveram a escolha de curso influenciada por experiências de trabalho anteriores. Quatro dos seis participantes estavam em cursos de graduação e dois em cursos de pós-graduação.

Cinco dos seis participantes pensavam com frequência em desistir dos cursos, contudo, por diversos motivos mantiveram-se neles pelo tempo suficiente até estarem próximos ao final, o que fez com que acabassem decidindo concluir. Por esse motivo, dentre outros, a maioria deles no momento da realização da pesquisa não considerava desistir para aceitar um trabalho formal, porém, afirmou que, se fosse o caso, tentaria conciliar ambos: *“Aí é mais difícil... tentaria*

entrar em um acordo. Mas preferiria ter meu diploma, depois tentaria recuperar a vaga ou sei lá... Mas a princípio, já que não sai do curso, eu queria terminar” – Participante 6.

É possível perceber que, em algum momento, concluir o curso deixa de ser algo do qual é possível abrir mão e torna-se uma prioridade no projeto de vida desses sujeitos, como podemos ver: *“Bom, preciso pensar no que isso [abandonar o curso para aceitar um trabalho formal] envolveria. Eu não deixaria minha bolsa de pesquisa para ganhar o dobro em salário porque minha bolsa de pesquisa faz mais sentido para minha carreira. (...) não estou negando a importância do trabalho formal, é só que para mim não vale a pena agora.”* – Participante 4. Dentro do projeto de vida, e considerando o atual contexto econômico-social, a conclusão também acaba assumindo o papel de uma etapa, aquela que precede a inserção no mercado de trabalho formal – também almejada – o que ocorre justamente pela crença de que as formações serão fundamentais para que a inserção signifique também ascensão social, como já comentado na categoria anterior.

As motivações dos participantes para a escolha dos cursos foram diversas, a maioria deles já tinha interesse prévio na área de estudo do curso escolhido e parcela considerável levou em conta a oferta de emprego para a profissão escolhida, tal qual o retorno econômico. Razões circunstanciais, como ingresso rápido na universidade para evitar cursinhos, ou como a localização da universidade e a demanda de realizar os cursos em instituições que melhor se adequassem as necessidades práticas dos entrevistados – como instituições públicas por razões econômicas, ou curso EaD por razões de disponibilidade geográfica – também foram apontadas algumas vezes.

O incentivo da família para que fizessem curso superior apareceu na fala de alguns participantes, tal qual a busca por satisfação pessoal com a carreira – como por exemplo: *“Gostaria de trabalhar em uma área que pudesse viajar bastante com o trabalho, conhecer lugares diferentes, estar em contato com o meio ambiente...”* – Participante 2. Também foi colocado como ponto importante para alguns participantes a escolha por um curso que lhes possibilitasse prover algum “retorno para a sociedade”, e apareceu mais de uma vez nas entrevistas

a influência do contato e envolvimento com movimentos sociais e coletivos durante a juventude.

Dentre os participantes com experiências prévias de trabalho, essas também foram importantes para parte deles na hora de tomar a decisão, contudo, não tiveram papel determinante para todos. E por fim, dentre os participantes que estavam cursando pós-graduação, as motivações para a escolha desses cursos mostraram-se quase uma extensão das motivações de escolha da graduação, sendo importante ressaltar que a amostra de estudantes de pós-graduação nesse estudo limitou-se a apenas dois sujeitos.

Ao serem questionados sobre as diferenças entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho foram levantados diversos pontos pelos participantes, dentre eles, o “choque de realidade” entre os dois mundos, como se fossem aspectos contraditórios. Diversos participantes apontaram essa cisão entre o estudo e o trabalho e os diferentes tipos de impactos – físicos e mentais – que as diferentes atividades proporcionam. Uma das participantes (Participante 1) declarou que a maior diferença era que na maioria dos trabalhos, principalmente nos bicos, trabalhava ao longo do dia durante várias horas seguidas, o que era cansativo fisicamente, mas “não levo trabalho para casa”. Já no mundo acadêmico o que sente é um cansaço psicológico e mental, com muito trabalho para ser feito em casa, fora do horário das aulas e do espaço físico da universidade.

Foi colocada a diferença entre os riscos e consequências dos dois mundos, “(...) se você ‘der vacilo’ na faculdade você refaz a matéria, já no trabalho você não paga conta.” – Participante 3; e também foi pontuado, de forma positiva e negativa, a percepção de que no mundo do trabalho há maior independência e autonomia e menos direcionamentos externos: “No mundo do trabalho ninguém está te falando o que fazer, é um ‘vai, se vira’, e você nem sempre sabe o que fazer e onde fazer (...) Mas sendo autônoma eu sinto que eu tenho mais liberdade com a minha rotina, de saber o quanto eu posso apertar em um dia, relaxar no outro... Eu me sinto muito menos estressada depois de entrar no mundo do trabalho em relação à graduação, mas eu sei que é porque eu estou com uma carga leve, a gente está no meio de uma pandemia, então eu não sou obrigada a trabalhar 8h por dia, às vezes eu até faço mais, mas sou eu

quem está regulando. Mas, assim, do mesmo jeito que pode ser ruim não ter ninguém te falando o que fazer, é bom também porque você faz o que você quer e precisa e é você quem regula e guia isso.” – Participante 3

Considero interessante olhar para essa questão da “autonomia e liberdade”. Foram pontuados por alguns participantes esses prós e contras que estão ilustrados de forma mais explícita na resposta acima, contudo é importante para a análise frisar que a participante citada está atuando profissionalmente como psicóloga clínica, ou seja, atua como profissional liberal, o que faz sentido para seu projeto de vida. Contudo, há uma preocupação ao analisar conteúdos de natureza similar na fala de outros participantes que apresentaram projetos de vida e profissões diferentes, pois a impressão é de que essa glorificação da autonomia reflete certa romantização da mesma, o que acredito que ecoe na aceitação, mesmo que momentânea, de jovens às más condições do trabalho informal em nome da flexibilidade.

Dando continuidade, a maioria dos participantes também relatou a percepção de que a formação e a experiência universitária – frisando que todos os participantes cursam ou cursaram graduação em universidades públicas – não fizeram com que se sentissem preparados para “o mundo lá fora” e para o dia-a-dia do mercado de trabalho, mas sim que as formações eram voltadas para a atuação dentro do próprio mundo acadêmico, produzindo essencialmente pesquisadores. As falas a seguir ilustram bem essa questão:

“O mundo acadêmico te prepara para o mundo acadêmico. Para quem quer fazer mestrado, doutorado... na verdade não te prepara pro mercado de trabalho, o mercado de trabalho é muito mais prático, você tem que aprender na hora, acaba ficando especialista naquilo que você tem que fazer... Eu era garçom e eu acabei ficando especialista em ser garçom, assim como qualquer trabalho que você for fazer, você fica especialista naquilo, e para isso a academia não te prepara... Ela te deixa com a casca um pouco mais grossa pra aguentar as porradas da vida (ri), mas fora isso a academia... se voce não for trabalhar na sua área ela não te prepara muito não... A única coisa que você aprende é lidar com adversidades, resolver problemas.” – Participante 2.

“Muito diferente. Acho que com universidade pública é um contraste ainda maior, porque elas preparam a gente para ser pesquisador, não para o mercado de trabalho em geral. Acho que as universidades privadas tem uma formação mais técnica que te manda pro mercado mais preparado, e as universidades públicas tem uma formação mais crítica mas a tendência de manter esse profissional na instituição é maior. Enquanto cientista social da para seguir carreira acadêmica, dar aula em escola, escrever para algum lugar, prestar alguns concursos... mas, por exemplo, a gente não tem estágio obrigatório nem possibilidade de licenciatura no curso da UFSCar, então é completamente pensado pra atuar dentro da instituição, o que é um contraste muito grande para quando a gente olha pra realidade das pessoas, porque quantas pessoas vão conseguir seguir uma carreira acadêmica que vai permitir que elas sejam pesquisadoras?” – Participante 5

De fato, cabe a reflexão de para quem são essas oportunidades. Foi mencionado diversas vezes pelos participantes que haviam dificuldades na conciliação entre os trabalhos que precisavam desempenhar para se manterem e o aproveitamento que deveriam ter no curso. Cito como exemplo o relato de um dos participantes (Participante 2), ao comentar que havia “atrasado” o curso [demoraria mais tempo do que os semestres previstos para se formar], ele relatou cansaço mental e físico devido ao trabalho como garçom, principalmente aos sábados devido a alta carga horária, que fazia com que se sentisse muito cansado e desmotivado para estudar aos domingos, únicos dias que teria tempo livre. Nesses períodos acabava “deixando a graduação de lado e fazendo o que dava para fazer”. Disse que estava melhor financeiramente, mas que não tinha tempo para aproveitar isso, e tampouco tinha motivação para estudar, pois estava sempre cansado ou fazendo alguma outra coisa. Mais desse tópico será abordado de forma mais profunda na próxima categoria.

Também foi falado em mais de uma entrevista sobre as semelhanças entre os dois mundos, em especial sobre as semelhanças entre as precariedades do trabalho informal e do trabalho acadêmico: *“Eu acho que tem uma superexploração do estudante. Já tem do trabalhador, mas do estudante é ‘muito louco’, porque as bolsas já não são ajustadas fazem anos (...). Mas assim, da mesma forma que tem precariedade no meio acadêmico também tem no*

mercado de trabalho... E eu sinto também que os 'tramos' informais tão aumentando cada vez mais, a galera ta tentando 'se virar', principalmente durante a pandemia, então acho que no fim os dois tem muitas coisas bem parecidas.” – Participante 6

TRABALHO

Na questão “O que é trabalho para você?” todos os participantes pontuaram o viés da necessidade econômica e de subsistência atrelada ao trabalho inserido em uma lógica capitalista de sociedade. Alguns pontuaram também a exploração e venda de mão de obra, o trabalho como local de aprendizado, e cinco dos seis participantes trouxeram à tona significações subjetivas do trabalho, atreladas a questão da realização pessoal – seja como mito ou como expectativa – o que ressalta o lugar de importância do trabalho nos projetos de vida. *“O trabalho organiza a sociedade, então acho que sempre ocupa um papel muito central na nossa vida mesmo que a gente não perceba. (...) é primeiro, um meio de sobrevivência, acho que se a gente não trabalha a gente não vive, acho que no sistema que a gente vive ele é isso, uma necessidade, tanto uma exploração porque existem formas de trabalho muito desumanas, mas é também um cenário de criatividade e realização humana mesmo, é um princípio organizador da minha vida, é pra onde eu miro, projeto, e penso onde quero estar. Quando eu penso em estar em algum lugar eu penso que é o trabalho que pode me levar até lá.” – Participante 5*

As motivações dos entrevistados para começar a trabalhar foram diversas. Temos a necessidade de ajudar a família financeiramente, o desejo por independência financeira e “ter dinheiro para minhas coisas”, ou seja, ter dinheiro para uso pessoal – que muitas vezes é acompanhado por uma situação financeira onde a família consegue prover o básico, como moradia e alimentação, mas tudo para além disso (lazer por exemplo, que é um aspecto fundamental para uma vida equilibrada e manutenção da saúde mental) precisaria vir da pessoa – e temos também o interesse pessoal na área. De qualquer forma, é possível observar que – dentro da amostra da pesquisa – nem todos iniciaram no mundo do trabalho por razões exclusivamente econômicas,

tendo parcelas significativas de ambições pessoais e projeto de vida nesse ingresso.

Os tipos de atividades de trabalho desenvolvidas pelos entrevistados também foram muito diversos, desde bicos, bolsas de pesquisa e extensão, estágios, até trabalhos autônomos, produções artísticas, entre outros. Entre os entrevistados foi consensual o fato do trabalho intelectual (mestrado, academia, pesquisa, etc) encaixar-se na categoria de trabalho, e não só na categoria de estudo.

Nesse sentido, vários entrevistados trouxeram a questão do trabalho intelectual ser extremamente explorado e desvalorizado, sendo o pesquisador um trabalhador com pouquíssimos direitos e reconhecimento. *“O trabalho intelectual ele não é visto como trabalho. Por exemplo, meu pai é metalúrgico, trabalha com um padrão de trabalho fordista, trabalha numa fábrica, tem horário para entrar e sair, tem uma buzina (ri), ele que é o fiscal, faz o trabalho que o Ford chamaria de gerente, mas, acho que ele tem dificuldade de reconhecer que o que eu faço é trabalho. Para ele o mestrado é só estudo, e esse ‘só estudo’ tem uma parte profunda que é um trabalho extremamente explorado, desleal, maldoso (ri) no sentido de saúde mental mesmo, muita pressão, muita competitividade... (...) pensando na academia e no mundo do trabalho eu acho que tem muitas relações, sobretudo no emprego formal... e informal também, porque a gente não tem férias, não tem 13ª bolsa (ri), não tem nada disso. Pelo contrário, muitas vezes a gente precisa pagar pra trabalhar, quem tem CAPES por exemplo precisa pagar pra ir nos encontros e tal, quem tem FAPESP não, mas a maioria dos bolsistas é CAPES.”* – Participante 4

Com base nas entrevistas, o que pode ser interpretado acerca da visão dos participantes sobre o trabalho informal é que estão cientes da precariedade e ele não está em seus planos de vida a longo prazo, mas os acordos com os empregadores, a flexibilidade de horários e a necessidade do dinheiro, sem o compromisso fixo do trabalho formal faz com que seja visto como uma opção temporária e viável para complementar renda, ganhar experiência e viabilizar seus planos de vida futuros. Dito isso, cinco de seis participantes expressaram em algum momento da entrevista sua preferência pelo trabalho formal, com exceção de uma participante que pretende atuar enquanto profissional liberal e

autônoma – psicóloga clínica – o que se mostra consistente com seu plano de vida.

Como pontuado anteriormente, com base em Dib & Castro (2010), os jovens veem no trabalho informal uma possibilidade de subsistência/sustento enquanto “procura algo na sua área”. Para além disso, surgiu mais de uma vez nas entrevistas um receio dos participantes de “se acomodarem” com a estabilidade e segurança do trabalho formal e “não ir atrás do que realmente quer”.

Em um primeiro momento essas escolhas podem parecer contraditórias, porém, considero que a contradição é justificável. Ao longo da pesquisa foi possível constatar que é do desejo da maioria dos jovens um trabalho formal, seguro e com garantias, contudo a formação acadêmica é também um desejo, e ao passo que parecem inconciliáveis a inserção temporária no mercado de trabalho parece uma alternativa viável. *“A gente é muito dependente do dinheiro, infelizmente em um mundo capitalista a gente depende muito de dinheiro, e me ofereceram algumas vagas de emprego em outros lugares [vagas formais que não de garçom, enquanto estava no curso], só que o que eu pensei foi que caso eu começasse a ver a cor do dinheiro eu não ia mais querer estudar, e isso ia afetar muito minha vida profissional daqui pra frente, então decidi me manter dentro do curso.”* – Participante 2.

A temática do trabalho doméstico e de reprodução não está destacada como um tema central da pesquisa, contudo, por ser parte do dia a dia acabou aparecendo inevitavelmente em algumas entrevistas. Alguns participantes pontuaram essa questão ao falar sobre suas rotinas, afazeres diários, e conciliação do trabalho com os estudos. *“Por estar na casa dos meus pais as tarefas domésticas estão sendo divididas, então gasto menos tempo nisso”* – Participante 4; *“Para além do trabalho de casa, afazeres domésticos, sempre muito presentes.”* – Participante 6.

Ao perguntar se “valeu a pena” manter os trabalhos junto dos estudos as respostas foram extremamente variadas, por um lado a questão econômica dos trabalhos é sempre pontuado como, independente de valer a pena, ser muitas vezes uma necessidade para a permanência na universidade. Houve

participantes que pontuaram ter valido a pena de outras formas, para além do financeiro, e demonstraram representações positivas dos trabalhos, falando sobre crescimento pessoal e aprendizados que tiveram com os mesmos.

No caso esses participantes tiveram experiências que estavam alinhadas com seus cursos e/ou objetivos, e enxergavam esses trabalhos como fundamentais para orientar suas escolhas e ajudar a delinear os projetos de vida. Importante pontuar que esses participantes tinham *escolha*, e apesar da renda desses trabalhos ser um complemento importante, não era a fonte central, como destacado por um dos participantes:

“Acho que é inegável que todos os bicos que eu tive, com exceção do bico que eu fiz pra pesquisa de opinião, que eu estava precisando muito de dinheiro, todos os outros bicos não foram porque eu estava precisando de dinheiro, e isso vem porque minha família teve condição de me ajudar durante toda minha graduação até o momento que eu tive bolsa de pesquisa. E acho que as experiências que eu tive de ocupação ao longo da graduação, e agora com esses bicos na pós, nunca me atrapalharam com o andamento acadêmico, o que é muito diferente de outras pessoas que precisam trabalhar muitas horas, ou ‘se viram’ sendo garçom, babá, uber, empregado... enfim, milhares de coisas assim que a gente vê com colegas nossos, que precisam mesmo e isso afeta de fato o andamento da graduação. Então acho que essa é uma consideração importante para ser feita, que eram bicos que não eram e ainda não são tão centrais para minha renda pessoal porque eu sempre consegui me amparar, seja por conta dos meus pais ou por conta das minhas bolsas de pesquisa, e me ajudavam [os bicos] de uma forma que não atrapalhava o andamento da produção científica e o rendimento acadêmico, e que me ajudaram em vários aspectos, não só financeiros, mas também de várias outras formas...” – Participante 4.

Por outro lado, cansaço e as dificuldades concretas que a necessidade de trabalhar junto aos cursos traz, muitas vezes foram pontuadas como coisas que faziam os trabalhos não valerem a pena, com excessão da necessidade econômica, destacando que às vezes alguns dos trabalhos foram tão precarizados que não valeram a pena nem economicamente, *“melhor que nada, mas não da pra dizer que valeu a pena”* – Participante 6.

Foi observada uma tendência dos participantes que tiveram experiências de trabalho que não estavam relacionadas ao curso e/ou objetivos pontuarem que não valeu a pena, ou que “depende”. Esses participantes tinham uma visão dessas experiências de que as mesmas não agregavam positivamente em seus projetos de vida, pelo contrário, traziam mais obstáculos, contudo a maioria deles tinha *necessidade* de permanecer nessas atividades.

Esses obstáculos sendo tanto pessoais, pois havia a questão relacional com os colegas de classe que não trabalham, o que gerava uma segregação mesmo que não intencional, prejudicando subjetiva e socialmente. *“E para mim ter que trabalhar foi muito difícil na verdade, porque eu via as outras pessoas só tendo que estudar, tendo todo o dinheiro que precisavam com os pais, e eu tendo que trabalhar... isso querendo ou não... quando eu encontrava esse pessoal eu me sentia deslocado, sentia que eu não fazia parte do meio porque eu era diferente, eu era a única pessoa que trabalhava na minha sala... acho que eu era a única pessoa que trabalhava no meu curso... só tinha eu e mais um cara na verdade, aí eu me sentia meio deslocado, não é a toa que eu acabei de afastando muito da minha sala.”* – Participante 2

Quanto também sendo obstáculos acadêmicos, no sentido de sentir-se “deixado para trás”, prejudicado academicamente e menos preparado para inserção no mercado formal. *“Fui montar um currículo no começo do ano para dar aula e não sabia o que escrever, não tinha nada no meu currículo. Mas não tinha nada porque eu nunca fiz nada? Não, eu trabalho desde os 15 anos, só que eu não tenho nada que seja ‘colocável’ no currículo. Vou colocar que e trabalhei por anos servindo ‘breja’ em festa? Não, mas foi o que eu fiz esses anos, e nesse tempo que eu estava ‘trampando’ não deu para fazer curso nem nada do tipo, que era o que meus amigos estavam fazendo, aqueles que a faculdade oferece e etc... Então tem curso de graça na faculdade? Tem, mas não é todo mundo que consegue fazer, ainda mais trabalhando e estudando. Então não, não vale a pena, isso que é complicado. E ainda que no começo eu queria o dinheiro pra mim, mas chegou uma hora que estava financeiramente difícil em casa e meus pais já não estavam mais conseguindo me ajudar então não dava mais pra escolher muito, precisava pra me manter, e não dava para*

fazer curso, não dava para focar na graduação, não dava para fazer quase nada.” – Participante 1.

É possível perceber que por mais diversas que sejam as respostas, todas faziam sentido individualmente com a história de vida e as condições concretas dos participantes, e interferiam diretamente nos projetos de vida que os sujeitos desenvolveram ao longo de suas trajetórias – seja positiva ou negativamente – e apresentavam no momento da entrevista.

CONDIÇÕES ECONÔMICAS E ASSITÊNCIA ESTUDANTIL

Apesar de um dos critérios para a seleção de participantes ser que fossem todos provenientes da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1999), não há uma única configuração econômica padrão entre todos eles. Entretanto, é possível salientar pontos em comum: no momento da pesquisa nenhum dos participantes estava ajudando financeiramente a família e a maioria já não tinha mais apoio financeiro direto, com exceção de uma. Dentre aqueles que tinham algum tipo de apoio, esse se dava no sentido de no momento da pesquisa estarem morando na casa dos pais, a maioria por conta da pandemia.

Um dado importante é que embora boa parte dos participantes tivessem como principal fonte de renda seus trabalhos que eram desenvolvidos durante o período da graduação – ou pós-graduação – para garantir subsistência, isso não era uma realidade para todos eles, como já pontuado em uma das citações do Participante 4. Alguns deles tinham a possibilidade de encarar esses trabalhos como complementos – importantes, porém não centrais – e contar com outras fontes fixas de renda, como o apoio financeiro da família ou pensão alimentícia, seja durante toda a duração do curso ou apenas durante os primeiros anos, e as bolsas diversas oferecidas pelas instituições de ensino também cumpriam um papel decisivo na renda desses estudantes.

Para além disso, cinco de seis participantes contam ou contavam com essas bolsas de extensão, estágio e/ou de pesquisa; contudo, alguns deles também precisavam dos bicos e trabalhos informais para complementar o orçamento, o que nos faz encarar uma problemática já debatida pelo geral dos estudantes ao longo dos anos ao se falar sobre assitência e permanência

estudantil: o fato de as bolsas não serem o suficiente para os estudantes se manterem e ser necessária outra fonte de renda.

Isso transpareceu nas falas dos participantes nas entrevistas em diversos momentos: *“Eu sempre tive bolsa, mas também sempre precisei trabalhar para me manter na universidade, minha permanência dependia disso.”* – Participante 2. *“As bolsas já não são ajustadas faz anos, e eu tive a sorte de cair em um estágio que o professor é muito compreensivo e dialoga bastante, mas sei que não é todo mundo que tem essa oportunidade. Eu sei que o pessoal tenta ‘dar seus pulos’ na universidade, mas é complicado. (...) É óbvio que você estando dentro da academia você tem alguns privilégios, mas tem seus ônus e bônus, o fato de eu ter uma bolsa com horário flexível é legal, no mercado de trabalho não costuma ser assim, mas ao mesmo tempo isso tem suas consequências também, como o pagamento ser bem baixo.”* – Participante 6

De acordo com a definição do Ministério da Educação (MEC), disponível em <http://portal.mec.gov.br/pnaes>, a assistência e a permanência estudantil, mais especificamente o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), é uma medida do governo federal, implementada em 2008 com objetivo de apoiar “a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes)” com o objetivo de “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão”. Embora o programa represente importantes avanços para a permanência estudantil e para prover amplo acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade – devendo ser debatido e ampliado para que possa atingir com totalidade seu potencial – tem até o momento da pesquisa se mostrado ineficaz em termos de assegurar que isso seja feito garantindo equidade entre estudantes advindos de diferentes realidades e contextos sociais.

A inequidade que resulta dessa ineficácia uma vez que o programa (Pnaes) ainda não consegue nivelar amplamente as condições de estudo dos alunos tem diversos efeitos negativos na vida dos mesmos, que foram expressos de várias formas nas entrevistas, desde interferir na saúde mental e qualidade de vida dos estudantes, que tem necessidades concretas para se manterem na

universidade; até nos planos de carreira e projetos de vida, uma vez que precisam desenvolver atividades que garantam algum retorno econômico de forma paralela, disputando espaço com a graduação e a experiência acadêmica dos mesmos, os colocando em desvantagem em relação aos seus pares que não compartilham das mesmas demandas.

Apesar desses pontos já terem sido comentados nas categorias anteriores – como na citação da Participante 1 sobre as diferenças de oportunidades que percebia entre ela e seus colegas que trabalhavam, e seus colegas que não trabalhavam – ou no relato do Participante 2 sobre ter “atrasado o curso” por conta da necessidade de trabalhar paralelamente, e ter se distanciado dos seus colegas de classe, sentido-se prejudicado também no nível de suas relações pessoais – a centralidade do assunto faz com que seja pertinente retomá-los.

Eles ficam também ilustrados nas respostas de outros participantes, que declararam que apesar das dificuldades para conciliar os trabalhos e bicos com a graduação, era algo necessário: *“E mesmo com a graduação valia, porque a bolsa paga muito pouco e era como eu conseguia complementar minha renda, então não sei como teria sido sem eles”* – Participante 6. Também surgiram nas entrevistas situações nas quais os participantes, quando pelo motivo que fosse, não conseguiam conciliar os estudos com atividades que gerassem retorno econômico, e não eram amparados, completa ou parcialmente pelo Pnaes, precisavam lidar com impactos econômicos e psicológicos que muitas vezes prejudicavam sua permanência no curso: *“(…) recentemente, mesmo quase acabando pensei em desistir por estar desempregado, por não sair editais de bolsa... enfim, vou terminar porque está no final, já está encaminhado, mas ‘bate’ muito a sensação de ‘o que eu estou fazendo aqui?’ e vontade de jogar tudo para o alto por não ter emprego (...) As vezes que eu pensei em desistir foram para trabalhar, pesava demais essa questão.”* – Participante 5.

Para finalizar a discussão dessa categoria gostaria de pontuar um comentário feito por um dos participantes (Participante 2) depois de encerrarmos as perguntas previstas pela entrevista, no qual ele agradeceu pela participação e disse achar importante que estejam sendo feitas pesquisas sobre as pessoas que trabalham e estudam, disse ter se sentido reconfortado e menos sozinho por

saber que mais pessoas passam por isso, e por esse tema estar sendo pensado de alguma forma dentro da academia, pois tinha impressão que “no geral só não ligam muito para as condições dos alunos dentro das universidades”.

Outra participante (Participante 5) fez um comentário similar: *“E hoje é um cenário que é muito difícil, politicamente é um cenário que é quase impossível mesmo, de viver bem nas nossas condições. Acho que a juventude está muito atravessada, querem tudo da gente mas não ensinam a gente a fazer nada, tem que ter experiência, tem que ter idioma, tem que ter um monte de coisa... mas e aí, como que a gente faz? Como que da conta? E é ‘muito louco’ isso... mas acho que a juventude tem uma capacidade, um potencial de transformação, muito grande ao mesmo tempo que ela... acho que por ser esse sujeito atravessado, por tantas contradições, por tantos conflitos. E isso revela a importância da pesquisa, acho que uma das coisas que coloca a necessidade de pesquisas como essa que vão olhar para a juventude enquanto um sujeito que demanda olhares específicos de muitas áreas, inclusive da psicologia... E é isso, reconhecer que tiveram limites nos governos, nos avanços, e tem uma radicalização dessa loucura neoliberal. Acho que se a gente quer uma sociedade mais justa, saudável e funcional a juventude tem que estar em pauta.”*

Isso chama a atenção para uma questão importante, pois embora tenhamos visto um aumento significativo do ingresso de estudantes provenientes da classe que vive do trabalho na universidade e embora existam programas e medidas que tenham como objetivo democratizar o acesso à educação e às universidades e promover equidade dentro desses espaços, o que pode ser observado tanto informalmente no dia a dia, quanto formalmente durante a pesquisa é que ainda existem muitas barreiras para esses estudantes se manterem e terem a mesma qualidade de experiências que seus pares advindos de melhores condições sociais. A questão então que não havia sido dita, mas já foi respondida, é: mesmo que hoje seja possível estarem no projeto de vida de parcela significativa da juventude, para quem são pensadas as universidades?

CONCLUSÃO

Tendo em vista os objetivos pelos quais essa pesquisa se orientou, em especial os objetivos específicos – investigar os significados atribuídos à formação profissional, investigar motivos e formas de inserção no trabalho informal, assim como a rotina e as estratégias definidas para conciliar os estudos com o trabalho, e entender as expectativas e o projeto de vida desses sujeitos – considero que foram levantados dados relevantes nas entrevistas com os participantes e na análise de conteúdo posterior.

Quanto aos significados atribuídos à formação profissional, vimos que as motivações de escolha do curso são diversificadas, contando com interesse prévio na área de estudo, oferta de emprego, retorno econômico, razões circunstanciais, incentivo familiar, possibilidade de prover retorno para a sociedade, experiências com coletivos e movimentos na adolescência, experiências prévias de trabalho, continuidade de objetivos profissionais e projeto de vida.

Pode-se observar que entre os participantes o discurso de que mais anos de estudo seria garantia de ascensão social ainda reverbera, e o contexto histórico no qual esses jovens cresceram, de ampliação do acesso à universidade para a classe que vive do trabalho pelas políticas públicas implementadas pelo governo no início dos anos 2000, influencia na decisão de concluir um curso superior. Como pontuado anteriormente, é possível perceber que em algum momento concluir o curso deixa de ser algo do qual é possível abrir mão e torna-se uma prioridade no projeto de vida desses sujeitos, sendo visto como uma etapa no projeto de vida que precede a inserção no mercado de trabalho formal. Ressalto que a maioria dos participantes também relatou a percepção de que a formação – todos os participantes cursam ou cursaram graduação em universidades públicas – era mais voltada para a atuação dentro da academia do que para prepará-los para o mundo do trabalho.

Fatores como a falta de investimento em políticas públicas voltadas para a absorção desse número aumentado de profissionais formados graças a implementação das políticas de acesso, o cenário mundial de reestruturação do

mercado de trabalho, e o cenário nacional político-econômico-social – tendo a adição da pandemia mundial de COVID-19 que estamos vivendo nesse ano de 2020 – faz com que esses trabalhadores hiperqualificados estejam à deriva, realidade notada pelos participantes, que os afeta em suas percepções de planos futuros e projeto de vida, estejam eles conscientes disso ou não.

Nos voltando agora para os motivos e formas de inserção no trabalho informal, as motivações dos entrevistados para começar a trabalhar mostraram-se diversas, passando pela necessidade de ajudar a família financeiramente, o desejo por independência financeira, ter o dinheiro para uso pessoal e interesse pessoal e profissional na área. Foi possível observar nem todos os participantes da pesquisa se inseriram no mundo do trabalho, no caso trabalho informal, por razões exclusivamente econômicas, tendo parcelas significativas de ambições pessoais e projeto de vida que motivaram o ingresso.

Os tipos de atividades de trabalho desenvolvidas pelos entrevistados também foram diversas, tendo bicos, bolsas de pesquisa e extensão, estágios, trabalhos autônomos, produções artísticas, entre outros. Entre os entrevistados foi consensual o trabalho intelectual inserir-se na categoria de trabalho e, nesse sentido, foi pontuada pelos participantes a questão de ser um trabalho extremamente explorado e desvalorizado, sendo o pesquisador um trabalhador com poucos direitos e pouco reconhecimento.

O entendimento de todos os participantes sobre o trabalho perpassou pelo viés da necessidade econômica e de subsistência, atrelada ao trabalho inserido em uma lógica capitalista de sociedade, sendo pontuada também a exploração e venda de mão-de-obra, o trabalho como local de aprendizado, e significações subjetivas do trabalho atreladas a realização pessoal – seja como mito ou como expectativa – ressaltando a importância do trabalho nos projetos de vida.

Os participantes expressaram ao longo das entrevistas entendimento acerca da precariedade do trabalho informal e, em sua maioria, a preferência pelo formal, com excessão da participante que tem em seu projeto de vida planos de atuar como profissional liberal. Foi possível constatar que é do desejo da maioria dos jovens um trabalho formal, fixo e com garantia de direitos, contudo a formação acadêmica é também um desejo. Ao passo que parecem

inconciliáveis, a inserção temporária no mercado de trabalho informal mostra-se uma alternativa viável e funciona enquanto etapa que precede a inserção no mercado de trabalho formal.

Quanto a rotina e as estratégias definidas para conciliar os estudos com o trabalho, pudemos ver que alguns participantes dependiam financeiramente dos trabalhos como fonte de renda principal, sendo esses *necessários*, e outros não, pois tinham outra fonte de renda principal e esses trabalhos funcionavam enquanto complementos, eles tinham também maior *possibilidade de escolha* em relação aos trabalhos. Para esse primeiro grupo os impactos negativos do trabalho nos estudos se mostraram mais expressivos do que para o segundo, afetando-os no âmbito de oportunidades acadêmicas, relações pessoais e socialização, e saúde mental e bem-estar. Para o segundo grupo os trabalhos no geral tiveram impactos positivos na vida dos participantes.

No geral os estudantes buscavam conciliar o trabalho e os estudos conforme o possível a depender de suas agendas, sendo que para o primeiro grupo isso era percebido como algo mais difícil, por conta da natureza mais recorrente e exaustiva dos trabalhos desempenhados em relação aos do segundo grupo, que tinham condições e flexibilidade para trabalhar menos horas, em trabalhos mais pontuais e menos cotidianos, e até mesmo recusar alguns trabalhos caso necessário, como pudemos observar nas entrevistas e trechos citados ao longo da pesquisa.

A maior parte dos estudantes que participaram da pesquisa contavam com algum tipo de bolsa provida pela universidade, seja bolsa de pesquisa, atividade ou de permanência. Quando os participantes não conseguiam conciliar os estudos com atividades que gerassem retorno econômico, e não eram amparados, completa ou parcialmente pelos programas de assistência estudantil, eles precisavam lidar com impactos econômicos e psicológicos que muitas vezes prejudicavam sua permanência no curso.

Como já pontuado anteriormente, políticas públicas de assistência estudantil, como o Pnaes, funcionam conjuntamente com políticas de ampliação de acesso ao ensino superior, e tem a função de promover a permanência dos estudantes de baixa renda e evitar a evasão dos mesmos das instituições de

ensino superior públicas. Embora o programa represente avanços notáveis nesse sentido ele ainda carece de investimento e ampliação para que cumpra totalmente com seus objetivos, e as consequências disso atingem os estudantes de diversas formas, interferindo na saúde mental, nos planos de carreira, no aproveitamento do curso e da experiência universitária, e nos projetos de vida. Isso se dá pelo fato de que os estudantes, ao mesmo tempo que estão nas universidades, precisam desenvolver paralelamente atividades que garantam algum retorno econômico, que inevitavelmente disputam espaço na agenda e vida diária desses estudantes, os colocando em desvantagem em relação aos seus pares que não compartilham das mesmas demandas.

No meu entendimento enquanto pesquisadora o plano de fundo desse estudo é a assistência estudantil, pois idealmente, com o correto investimento e funcionamento do Pnaes e fortalecimento da permanência e assistência estudantis, garantindo equidade entre os estudantes advindos de diferentes realidades e contextos sociais, esperaria-se que os estudantes que atualmente não tem a escolha de não trabalhar durante a graduação por razões econômicas não precisassem se submeter a trabalhos informais e más condições de trabalho em bicos para conseguirem garantir renda mínima para se manterem durante a graduação, de forma que teriam mais possibilidades se envolverem amplamente com a formação e com a experiência acadêmica, o que poderia ter impactos significativos em seus projetos de vida.

No tocante ao entendimento das expectativas e dos projetos de vida desses sujeitos creio que o mais fundamental a ser dito, e aqui retomo pois já foi pontuado anteriormente, é que o projeto de vida é maleável, não funciona como algo estático que se almeja mesmo que haja um planejamento prévio em direção a algum objetivo futuro, ele ainda está sujeito à muitas mudanças devido ao seu caráter dialético e orgânico, que vai se moldando de forma dialética em relação às experiências dos sujeitos em diversas áreas da vida ao longo dos anos. Por essas razões não creio que seja possível delimitar permanentemente o projeto de vida, afinal conforme os sujeitos vivenciam novas experiências e atribuem significados a elas esses projetos vão sendo construídos e reconstruídos.

Por fim deixo aqui algumas considerações e comentários gerais em relação ao estudo. O projeto de pesquisa iniciou-se em 2019, antes da pandemia

de COVID-19 no ano de 2020 que vem sendo um evento histórico importante e trazendo diversas mudanças para nossa sociedade, e como muito já divulgado pela mídia, instaurando um “novo normal”. O levantamento bibliográfico também foi realizado nesse momento anterior, já as entrevistas e a análise ocorreram durante a pandemia. Isso exigiu adaptações para que o trabalho se mantivesse viável, algumas delas já descritas ao longo do mesmo, e fosse finalizado dentro do prazo previsto.

Houve a tentativa de trazer elementos desse evento para a pesquisa, perguntando aos entrevistados sobre o impacto do mesmo em suas vidas, que não foi pequeno, e trabalhando com essas respostas na análise de conteúdo, contudo a proximidade histórica do evento trouxe limitações na hora de abordar esse tema.

Outra coisa que gostaria de ressaltar é que o grupo de jovens que participou da pesquisa foi um grupo pequeno e limitado, além de advindos de um recorte específico da sociedade: todos fizeram graduação em universidade pública, nenhum participante era negro/a, nenhum estava ajudando a família financeiramente. Esse recorte não foi pensado propositalmente, contudo vale questionar porque acabou se dando, ainda mais levando em conta que a estratégia de recrutamento dos participantes não foi aleatória, e sim através de *snowball sampling*, o que acredito ter tido grande influência nisso. Para além do método de recrutamento, a pandemia também influenciou na formação da amostra. Deixo a sugestão para que pesquisas futuras sobre esse tema trabalhem com uma amostra mais abrangente de participantes.

Deixo aqui uma breve reflexão sobre como foi para mim desenvolver essa pesquisa. Ela começou como uma tentativa de dar respostas, ou me ajudar a endereçar melhor minhas perguntas, sobre temas que me agustavam e que estão presentes na vida da juventude como um todo, inclusive na minha: projeto de vida, trabalho, estudo. Tendo escrito a pesquisa enquanto estudante de graduação, é seguro afirmar que houveram muitos momentos de forte identificação com os participantes, e embora alguns tenham sido doloridos, principalmente aqueles que mostram o quanto o futuro dessa juventude vem se tornando cada vez mais incerto – em especial desde o golpe de 2016 que tirou a presidenta Dilma Rousseff do poder e marcou o acirramento da conjuntura

política, social e econômica no país – o entendimento dessas dificuldades como um sintoma social traz também fôlego e vontade de mudança.

Essa pesquisa teve um cunho pessoal e político muito forte. Tanto pela natureza do tema e dos participantes, quanto um atrelado ao outro, pois o pessoal também é político, e vice-versa, e considero isso algo que não deve nunca ser esquecido. Pessoalmente, foi fundamental pesquisar um tema que estivesse tão próximo de mim e da minha realidade, pois foi essa aproximação que deu sentido e significado a essa pesquisa como algo além de um trabalho de faculdade, e isso que me fez ter vontade de seguir pesquisando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADONA, Marco André; GOES, César Hamilton. Juventude e trabalho: emprego e desemprego entre jovens no município de Santa Cruz do Sul (RS). **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 39, p. 36-52, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 out. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CORIAT, Benjamin. Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção. In: HIRATA, Helena. Sobre o “modelo” japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, 1993.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIB, Sandra Korman; CASTRO, Lucia Rabello de. O trabalho é projeto de vida para os jovens?. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 01-15, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2019.

GONDIM, Sônia Maria Guedes et al. Carteira de Trabalho, artigo de luxo: o perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 11, n. 1, p. 53-64, abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2006000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2019.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. (1992) 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

IBGE: PNAD Contínua - Divulgação Agosto de 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=22364&t=destaques>>. Acesso em 17 jun. 2019.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018.

LACHTIM, Sheila Aparecida Ferreira; SOARES, Cássia Baldini. Valores atribuídos ao trabalho e expectativas de futuro: Como os jovens se posicionam? **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2 p. 277-293, jul./out. 2011.

LIMA, Jacob, C. Nova Informalidade. In: Anete Brito Leal Ivo. (Org.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2013, v. 1, p. 330-336.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **CADERNO CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

MEC – Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em 25 out. 2020.

MINAYO, Marília Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

OIT. Decent work and the informal economy. Genebra, OIT, 2002.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, Aug. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200005>.

SENNETT, Richard. **Corrosão do Caráter**. Tradução de Marcos Santarrita, 2003, Editora Record.

SUDRÉ, Lu. Desalentados: como a crise penaliza, culpabiliza e adocece a juventude. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 de Março de 2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/23/desalentados-como-a-crise-penaliza-culpabiliza-e-adocece-a-juventude/>>. Acesso em 17 jun. 2019.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande , v. 11, n. 2, p. 137-148, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122010000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Nov. 2020.

WICKERT, Luciana Fim. Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 26, n. 2, p. 258-269, June 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Nov. 2020.

APÊNDICES

1. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- Nome?
- Idade?
- De onde é e onde fica a instituição de ensino que frequenta?
- Curso e ano? Período do curso?
- Porque escolheu o curso? Como foi o processo de escolha? Tinha a ver com o trabalho que fazia antes? Foi por interesse? Foi “o que deu pra fazer”?
- Estudar foi um processo natural/contínuo ou teve pausas? Foi pensado depois de já estar inserido no mercado de trabalho?
- Como vê o curso? Upgrade na carreira?
- O que projeta pro futuro e como acha que a universidade/curso vai auxiliar no projeto?
- Pensou em desistir do curso em algum momento? Fazer outra coisa ou não fazer mais nada?
- O que é trabalho pra você?
- Com quantos anos começou a trabalhar? Porque?
- Com o que está trabalhando atualmente? É seu primeiro emprego?
- Tem ajuda financeira da família, ou ajuda a família?
- Como e porque começou a trabalhar com isso?
- Como foi sua trajetória com trabalhos?
- Se a pessoa trabalha pra outra pessoa, porque não é contratada/o?
- Se tivesse uma oportunidade largaria seu trabalho atual por um trabalho formal?
- Largaria o curso para aceitar um trabalho formal?
- Como é sua rotina? Como concilia trabalho e formação acadêmica?
- Como percebe as diferenças entre mundo do trabalho e mundo da universidade? Tem relação? Não tem relação? É tudo mto diferente?
- Como linka o trabalho atual com o curso?

- Se não perceber conexão direta entre o curso e as expectativas: Tem expectativas de trabalhar na sua área? Sua escolha de curso foi satisfatória?
- Caso se aplique/ já trabalhasse antes do curso, percebe o curso como algo que ajuda a se qualificar dentro da profissão? Ou não tinha nada a ver e depois de formada prefere ir pra área do curso?
- Quais são suas expectativas pós curso? Tem expectativa de manter esses trabalhos atuais?
- Onde gostaria de estar trabalhando daqui alguns anos? (sonhos etc)
- COVID: como foi o impacto? Tanto pro trabalho quanto pros estudos e planos futuros.
- Valeu a pena?
- Considerações finais?

ANEXOS

1. PARECER



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: trabalhadores hiperqualificados à deriva.

Pesquisador: Rosemeire Aparecida Scopinho

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 25776619.8.0000.5504

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.773.138

Apresentação do Projeto:

Resumo:

Esse trabalho busca compreender a articulação subjetiva que os jovens formados ou em vias de se formarem que trabalham no mercado informal fazem entre formação profissional, trabalho informal e inserção profissional. Cabe aqui o questionamento acerca das expectativas e do projeto de vida desses sujeitos e interessa investigar como eles atribuem significado à situação de estarem inseridos no mercado de trabalho informal, quais são as suas expectativas em relação ao futuro profissional e como significam sua formação profissional.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral é compreender a articulação subjetiva que os jovens formados ou em vias de se formarem que já trabalham no mercado informal fazem entre formação profissional, trabalho informal e inserção profissional.

Objetivo Secundário:

Especificamente, pretende-se: investigar os significados atribuídos à formação profissional, investigar motivos e formas de inserção no trabalho informal, assim como a rotina e as estratégias definidas para conciliar os estudos com o trabalho, e entender as expectativas e o projeto de vida

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.773.138

desses sujeitos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Fadiga durante as entrevistas.

Benefícios:

Contribuição para com a ciência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa descritiva, por meio de narrativas, sobre os significados atribuídos à formação profissional de pessoas recém formadas inseridas no mercado informal

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão presentes todos os Termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há nenhuma pendência ou inadequação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1465803.pdf	16/11/2019 00:13:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Monografia.pdf	16/11/2019 00:12:02	ANA PAULA MELLO JACOBSON	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostomono.pdf	16/11/2019 00:08:31	ANA PAULA MELLO JACOBSON	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/11/2019 00:08:01	ANA PAULA MELLO JACOBSON	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-905
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685	E-mail: cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 3.773.138

Não

SAO CARLOS, 16 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

Página 03 de 03